COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
CNPJ 01.377.555/0001/10
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - 2014

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Ilmo. Srs. Acionista, Conselheiros e Diretores da COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRICIO – CHESP

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRICIO - CHESP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis - A Administração da empresa COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRICIO - CHESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da ENTIDADE. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRICIO - CHESP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

5. Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 01 de abril de 2015.

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR CRC-RS 43090-O-9 -CNAI 1076
CPF 417.677.870/-15

PEGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS
CNPJ 01.120.090/0001-30 - COM NO 3.214/2013
CRC/RS 4.305

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Desempenho Operacional Mercado Consumidor:

Classes	2014 - Mwh	2013 - Mwh	Variação %
Residencial	41.215	38.540	6,94
Industrial	15.727	14.935	5,30
Comercial	20.051	18.908	6,04
Rural	17.527	16.314	7,43
Outros	19.570	18.913	3,47
Total	**114.090**	**107.610**	**6,02**

Índices Técnicos da CHESP:
O índice de perdas foi de 10,81%. O sistema de distribuição apresentou um desempenho razoável, com o índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC ficando em 14,12 horas e o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor - FEC em 27,05 vezes.

Investimentos:
A CHESP realizou, em 2014, investimento da ordem de R$ 3,85 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros.

Certificação:
Em 2014, a CHESP manteve a certificação dos processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001: 2008.

Eventos:
A CHESP apoiou por meio da Lei Estadual de Incentivo a Cultura, os Projetos: "**ILHA DOS ILÚS**" primeiro longa-metragem de animação 2d para crianças de 4 a 8 anos de idade, e "**FERIAL – Festival Rialmense da Canção**" festival de premiação de músicas em três categorias: inéditas, já gravadas e infanto-juvenis, e por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE os projetos esportivos Barranca Esporte Clube, Ceres Esporte Clube, Iniciação Esportiva Jardim Sorriso e Liga Ceresina de futebol amador

Agradecimentos:
Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação.

Ceres, 31 de dezembro de 2014.

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2014

BALANÇO SOCIAL:

1 - BASE DE CÁLCULO	2014			2013		
1.1 - Receita Líquida (RL)		41.834			33.480	
1.2 - Resultado Operacional (RO)		3.861			2.810	
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)		5.540			5.130	
	2014			**2013**		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL
2.1 - Alimentação	871	15,72%	2,08%	788	15,36%	2,35%
2.2 - Saúde	114	2,06%	0,27%	103	2,01%	0,31%
2.3 - Educação	6	0,11%	0,01%	11	0,21%	0,03%
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros	65	1,17%	0,16%	213	4,15%	0,64%
2.5 - Gratificação de Férias	140	2,53%	0,33%	126	2,46%	0,38%
2.6 - Outros Benefícios	250	4,51%	0,60%	126	2,46%	0,38%
	1.446	**26,10%**	**3,46%**	**1.367**	**26,65%**	**4,08%**
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**% sobre RO**			**% sobre RO**		
3.1 - Tributos	18.663	483,37%	44,61%	17.392	618,93%	51,95%
	18.663	**483,37%**	**44,61%**	**17.392**	**618,93%**	**51,95%**

4 - INVESTIMENTO SOCIAIS	2014			2013		
4.1 - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	0			189		
Investimentos da União/Estado	0			277		
Investimentos da Concessionária	0			-88		
5 - CORPO FUNCIONAL	**2014**			**2013 - reclassificado**		
5.1 - Nº Empregados ao Final do exercício	143			135		
5.2 - Escolaridade dos empregados:						
Superior com extenção universitária	39			36		
Ensino Médio	87			83		
Ensino Fundamental	9			7		
Outros	8			9		
5.3 - Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos	28			24		
de 30 ate 45 anos	84			79		
acima de 45 anos	31			32		
5.4 - Nº Admissões durante o exercício	21			18		
5.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa	29			26		
% Cargos gerênciais ocupados por mulheres (total mulheres)	10,3			11,5		
% Cargos gerênciais ocupados por mulheres (total gerentes)	15,0			15,0		
5.6 - Nº de negros que trabalham na empresa	7			7		
% Cargos gerênciais ocupados por negros (total negros)	14,0			14,0		
% Cargos gerênciais ocupados por negros (total gerentes)	5,0			5,0		
5.7 - Aposentadoria	4			0		
5.8 - Portadores de deficiência física	2			3		
5.9 - Dependentes dos empregados	196			232		
5.10-Estagiários	2			2		
5.11-Relação entre a maior e menor remuneração	13,0			13,0		
Maior Remuneração	10,23			9,50		
Menor Remuneração	0,78			0,73		
5.12- Acidente de Trabalho sem afastamento	0			0		
5.13- Acidente de Trabalho com afastamento	0			1		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):		**31.404**			**28.519**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	67,72% governo	22,66% colaboradores	3,88% acionistas	66,04% governo	24,85% colaboradores	4,43% acionistas
	5,12%	terceiros	0,62% retidos	3,08%	terceiros	1,60% retidos

observação: Item 5.6 reclassificado de acordo com autodeclaração feita pelos empregados na atualização de dados cadastrais em 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO
ATIVO

	2014	2013
CIRCULANTE		
Caixa e quivalentes de caixa (Nota 5)	1.204	2.859
Consumidores (Nota 6)	8.611	7.818
Concessionaria de Energia Elétrica - Quota CCEE	62	56
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	-129	-131
Convênio Reluz e Baixa Renda (Nota 7)	164	241
Ativo financeiro - aporte CDE (Nota 8)	1.700	0
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	311	789
Parcelamento com Orgãos Públicos (Nota 10)	386	356
Serviços em curso (Nota 11)	773	418
Outros créditos (Nota 12)	782	1.336
Estoques	241	265
Despesas pagas antecipadamente (Nota 13)	599	106
Total do ativo circulante	**14.703**	**14.194**
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 9)	315	342
Parcelamento com Orgãos Públicos (Nota 10)	1.115	476
Adiantamento incentivos fiscais	75	83
Outros Créditos - Acionistas (Nota 14)	1.668	21
Aplicação financeira vinculada a empréstimo bancário	605	785
	3.778	**1.707**
Imobilizado (Nota 15)	31.952	32.546
Intangível (Nota 15)	402	918
	32.354	**33.464**
Total do ativo não circulante	**36.132**	**35.171**
TOTAL DO ATIVO	**50.835**	**49.275**

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2014	2013
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 16)	5.901	4.641
Salários a pagar	371	323
Encargos de dívidas	15	14
Impostos e contribuições sociais (Nota 17)	2.689	1.809
Lucros a distribuir	1.164	1.055
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	1.813	2.360
Concessionárias de energia elétrica (Nota 19)	1.165	1.165
Obrigações estimadas	551	501
Encargos do consumidor a recolher (Nota 20)	1.414	1.095
Outras obrigações	246	1.113
Total do passivo circulante	**15.330**	**14.076**
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores (Nota 16)	0	185
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	1.416	2.255
Concessionárias de energia elétrica (Nota 19)	1.631	1.631
Incentivos fiscais (Nota 21)	756	755
Credores diversos	11	11
Total do passivo não circulante	**3.812**	**4.837**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (Nota 23)	7.785	7.785
Reservas de capital (Nota 23)	7.820	7.756
Reservas de lucros (Nota 23)	13.075	12.882
Reservas de Reavaliação (Nota 23)	1.421	1.953
Recursos destinados a Aumento de Capital (Nota 23)	1.606	0
Ações em tesouraria (Nota 23)	-14	-14
Total do patrimônio líquido	**31.693**	**30.362**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**50.835**	**49.275**

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de Reais)

	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 28)	55.789	48.781
Outras Receitas	4.279	1.792
	60.068	**50.573**
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	-15.237	-13.369
PIS	-393	-526
COFINS	-1.812	-2.454
ISS	-6	-6
Conta de Consumo de Combustível - CCC	0	-19
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-370	-385
Pesquisa Desenvolvimento e Eficiência Energética	-416	-334
	-18.234	**-17.093**
Receita Operacional Líquida	**41.834**	**33.480**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Energia Elétrica comprada para Revenda (Nota 30)	-22.060	-16.782
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	-7.642	-7.732
Materiais	-766	-738
Serviço de Terceiros	-2.955	-2.861
Depreciação e Amortização	-1.519	-1.425
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-49	-91
Outras Despesas	-780	-909
	-13.710	-13.756
Custo do Serviço Prestado a Terceiros (Nota 33)	-494	-354
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**5.570**	**2.588**
Despesas Operacionais (Nota 34)		
Despesas com Vendas	-788	2.351
Despesas Gerais e Administrativas	-443	-33
	-1.231	**2.318**
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	**45**	**6**
RESULTADO DO SERVIÇO	**4.384**	**4.912**
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA (Nota 36)		
Receita Financeira	996	1.158
Despesa Financeira	-1.519	-3.260
	-523	**-2.102**
RESULTADO OPERACIONAL	**3.861**	**2.810**
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	**3.861**	**2.810**
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-771	-260
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**3.090**	**2.550**
IMPOSTO DE RENDA	-1.521	-699
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**1.569**	**1.851**
DEDUÇÕES AO LUCRO DO EXERCÍCIO:		
Participações (Nota 26)	-157	-131
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	**1.412**	**1.720**
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	1.263

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014
(Valores em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	56.766	49.626
Recebimento Uso Mútuo Postes	235	268
Recebimento Indenização ativos de geração	-	6.900
Recebimento CCEE/Repasses CDE	2.127	3.616
Outros Ingressos	661	732
Pagamentos a Fornecedores	(2.909)	(2.917)
Pagamentos a Pessoal	(9.009)	(8.465)
Pagamentos Energia Elétrica Comprada	(22.448)	(14.971)
Pagamentos Outras Despesas	(1.220)	(1.425)
Caixa Gerado pelas operações	**24.204**	**33.363**
Juros pagos	(407)	(623)
Impostos e Contribuições	(18.663)	(18.786)
Taxas Regulamentares	(1.498)	(1.528)
Recolhimento Contribuições	(1.186)	(934)
Fluxo de Caixa antes item extraordinário	**(21.752)**	**(21.872)**
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	**2.451**	**11.492**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra do Ativo Imobilizado	(2.951)	(4.604)
Juros Recebidos	121	328
Recebimento Programa Luz para Todos	-	278
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	**(2.830)**	**(3.998)**
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Aplicações Financeiras	-	-
Recebido por empréstimos e financiamentos	2.510	1.225
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(2.630)	(4.906)
Dividendos/Juros s/Capital Próprio	(1.147)	(1.887)
Caixa Líquido Consumido nas atividades financeiras	**(1.267)**	**(5.568)**
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	**(1.646)**	**1.926**
- Saldo da Conta Caixa no início do exercício	2.850	924
- Saldo da Conta Caixa no fim do exercício	1.204	2.850
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	**(1.646)**	**1.926**

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores em milhares de Reais)

	2014	2013
Venda de Energia e Serviços	60.068	50.573
Provisão para Devedores Duvidosos	-49	-91
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	45	6
Receitas	**60.064**	**50.488**
Operações com Energia Elétrica	-22.060	-16.782
Material e Serviço de Terceiros	-4.458	-3.956
Outros Gastos Operacionais	-1.609	-959
(-)Insumos adquiridos de terceiros	-28.127	-21.698
(=) Valor Adicionado Bruto	**31.937**	**28.790**
(-) Quotas de Reintegração	**-1.530**	**-1.429**
(=) Valor Adicionado Líquido	**30.407**	**27.362**
Receitas Financeiras	996	1.158
(+) Valor Adicionado Transferido:	**996**	**1.158**
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**31.404**	**28.519**
Remunerações	5.135	5.350
Encargos Sociais (exceto INSS)	442	366
Auxílio Alimentação	871	788
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	510	452
Participação nos resultados	157	131
Pessoal	**7.116**	**7.087**
INSS (sobre folha de pagamento)	1.528	1.518
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	15.237	13.369
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.292	959
Outros Impostos, Taxas e Contribuições	2.211	2.987
Governo	**21.268**	**18.834**
Juros e Variações Monetárias	1.519	734
Aluguéis	89	146
Financiadores	**1.608**	**879**
Dividendos/Juros s/Capital próprio	1.220	1.263
Lucros Retidos	193	456
Acionistas	**1.412**	**1.720**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**31.404**	**28.519**

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores em milhares de reais)

REGULATÓRIA

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	REMUNERAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	AÇÕES EM TESOURARIA	ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA INVESTIMENTOS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RECURSOS PARA AUMENTO CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
EM 31 DE DEZEMBRO 2012	**7.785**	**2.122**	**-14**	**1.787**	**3.239**	**1.126**	**11.505**	**4.557**	**0**	**0**	**32.106**
- Ajuste procedimentos contábeis	-	-	-	-	-	-	-		-	(167)	(167)
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	66	-	-	-	-	-	-	-	-	66
- Reservas reavaliação ajuste (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	-	(2.604)	-	-	(2.604)
- Realização Reservas p/Investimentos	-	-	-	-	-	-	(600)	-	-	-	(600)
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-		-	1.720	1.720
Destinação do Lucro:									-		-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159)	(159)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	65	-	-	-	(65)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	787	-	-	(787)	-
- Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	542	-	-	-		(542)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2013	**7.785**	**2.188**	**-14**	**1.787**	**3.781**	**1.191**	**11.692**	**1.953**	**0**	**0**	**30.362**
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	64	-	-	-	-	-	-	-	-	64
- Reservas reavaliação ajuste (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	-	(532)	-	-	(532)
- Adiant. para aumento Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	1.606	-	1.606
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-		-	1.412	1.412
Destinação do Lucro:											
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.219)	(1.219)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	78	-	-	-	(78)	-
- Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	114	-	-	(114)	-
- Reserva Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2014	**7.785**	**2.252**	**-14**	**1.787**	**3.781**	**1.269**	**11.806**	**1.421**	**1.606**	**0**	**31.693**

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2014 e 31.12.2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma Sociedade Anônima, de capital fechado, titular de Concessão Federal para Geração de Energia Elétrica destinada a Serviço Público (PCH São Patrício) e de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os municípios de Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rialma, Rianápolis, Santa Isabel, Uruana, São Patrício e parte do município de Jaraguá, todos no Estado de Goiás. As atividades do Setor Elétrico são regulamentadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Com base no Decreto 1.717/95 e na Lei 9.074/95 o Ministro de Minas e Energia assinou Portaria, renovando a concessão por um período de vinte anos.

NOTA 2 - DAS CONCESSÕES

A Concessionária detém junto ao MME, as seguintes concessões:
a) **Geração**: Contrato 043/1999

Usina Hidroelétrica	Rio	Potência Instalada	Nº de Unidades Geradoras	Concessão	Término Final da Concessão
Cachoeira do Lavrinha (São Patrício)	Rio das Almas	3,010	4	Decreto nº 85.814 de 16/03/1981	17/03/2041

Concessão de Geração: prorrogada por 30 anos de acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 43/1999/ANEEL de 04/12/2012.

b) **Distribuição**: Contrato 044/99
Concessão, válida até 07 de Julho de 2015, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, atendendo atualmente a 34,1 mil consumidores, sendo 29,8 mil urbanos e 4,3 mil rurais. Atualmente a Companhia não atende consumidor livre.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 4. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento as instruções contidas no Despacho nº 4.786-SFF/ANEEL, de 11/12/2014. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 01/04/2015.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades
Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores
Inclui o fornecimento de energia faturada e não faturada até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 6).

d) Estoques
Representado pelo saldo de materiais destinados a manutenção, classificados no ativo circulante e de materiais destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado; registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Despesas pagas antecipadamente
Estão representadas por valores relativos a contas de variação da parcela "A" CVA, prêmio de seguros e adiantamento a fornecedores.

f) Imobilizado
Inclui os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade. Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme definição do órgão regulador.

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	2014	2013
Residencial	45	27
Industrial	1	11
Comércio, Serviços e outras atividades	19	26
Rural	14	17
Poder Público	49	44
Diversos Créditos	1	6
Total	**129**	**131**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:
. Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
. Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
. Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

g) Redução ao valor recuperável
Os ativos imobilizados, intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Empréstimos e Financiamentos
Estão representados pelo valor principal da dívida, acrescido de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

i) Apuração do Resultado
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento.

j) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

k) Outros direitos e obrigações
Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Aplicações no mercado aberto	166	1.774
Contas bancárias à vista	233	359
Numerário em transito e caixa	805	717
Total	**1.204**	**2.850**

Contas bancárias à vista, numerário em transito e caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no mercado aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 6 – CONSUMIDORES

Fornecimento	2014	2013
Faturado	5.857	5.562
Não Faturado	2.445	2.126
Efeitos Regime Especial de Tarifação	10	10
Componentes Financeiros Diferidos	467	136
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(105)	(67)
Outros créditos/débitos	(63)	51
Total	**8.611**	**7.818**

Consumidor – Classe	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos até 90 dias	Saldos Vencidos há mais 90 dias	Total	
	Faturado	Não Faturado			2014	2013
Residencial	705	858	853	5	2.421	2.093
Residencial Baixa Renda	70	110	91	67	338	193
Industrial	502	272	357	40	1.171	723
Comércio, Serviços e outras atividades	351	586	401	68	1.406	1.185
Rural	170	268	225	54	717	513
Poder Público	**249**	**141**	**196**	**160**	**746**	**744**
- Federal	55	31	-	-	86	155
- Estadual	47	27	80	20	174	187
- Municipal	147	83	116	140	486	402
Iluminação Pública	261	105	279	485	1.130	1.990
Serviço Público	75	105	192	-	372	247
Serviço Taxado/Diversos	91	-	209	114	414	197
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(59)	-	(41)	(4)	(104)	(67)
Total	**2.415**	**2.445**	**2.762**	**989**	**8.611**	**7.818**

NOTA 7 – CONVÊNIO RELUZ E BAIXA RENDA

	2014	2013
Termo de Convênio Reluz firmado CHESP/Prefeituras/Eletrobrás	24	23
Diferença Mensal de Receita Baixa Renda	140	218
Total	**164**	**241**

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO - APORTE CDE

	2014
Subvenção CDE para custear descontos tarifários	1.388
Subvenção CDE para custear redução tarifária	312
Total	**1.700**

NOTA 9 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2014		2013	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	238	315	295	342
Imposto de renda e contribuição social	73	-	444	-
Incentivos fiscais	-	-	50	-
Outros	-	-	-	-
Total	**311**	**315**	**789**	**342**

NOTA 10 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

	Amortização	2014		2013	
		Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	03/13 a 02/18	66	142	66	208
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	33	117	64	154
Prefeitura Municipal de Rialma	04/13 a 12/16	50	50	54	100
Prefeitura Municipal de Nova Glória	04/13 a 03/15	14	-	77	14
Prefeitura Municipal de Ceres	04/13 a 01/14	-	-	96	-
Prefeitura Municipal de Ceres – parcelamento 2014	12/14 a 11/19	223	806	-	-
Total		**386**	**1.115**	**357**	**476**

Prefeitura de Carmo Rio Verde
- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de Junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de Junho de 2000 a Dezembro de 2004.
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Uruana
- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R$ 151) referentes ao período de Abril à Junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R$ 90);
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente através do processo 200705102518, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2003 e 2004;

Prefeitura de Nova Glória
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2012 e fatura de prestação de serviço vencida em 2008;

Prefeitura de Ceres
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de agosto a outubro de 2012;

Prefeitura de Ceres – parcelamento 2014
- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de maio de 2008 a março de 2009 e outubro de 2010 a maio de 2011;

NOTA 11 – SERVIÇOS EM CURSO

	2014
- Serviço Próprio	**658**
ODS Serviço Próprio	2
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	656
ODS - Serviço Terceiros	**31**
Alienação/Desativação em Curso	**84**
- Total	**773**

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas ODSs.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	2014	2013
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	1	34
Adiantamento a Empregados	154	118
Energia Elétrica (Reserva)/Agentes Arrecadadores/Termo confissão dívida	-62	634
Subvenção CDE descontos tarifários/equalização	-	238
Partes relacionadas	125	116
Fornecedores Proinfa/adiantamento	62	67
Prefeituras Municipais	73	72
Fatura aluguel de postes	9	14
Parcelamento de créditos a receber de consumidores	343	-
Outros	77	43
Total	**782**	**1.336**

NOTA 13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Ativos Regulatórios – CVAenergia, CDE e PROINFA	484			
Prêmios e Seguros	115	-	105	-
Fornecedores	-	-	1	-
Total	**599**	**-**	**106**	**-**

CVA - Referem-se às contas de variação da Parcela A, cujos apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

NOTA 14 – OUTROS CRÉDITOS
Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbí.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

	2014	2013
Imobilizado em Serviço	34.645	35.143
Imobilizado em Curso	3.845	6.020
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	3.263	1.953
Subtotal	**41.753**	**43.116**
Obrigações Especiais vinculadas à concessão do serviço Público de energia elétrica (VOC/VNR)	(9.399)	(9.652)
Total	**32.354**	**33.464**

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	Taxa Média %	2014	2013
GERAÇÃO			
- Custo Histórico	-	-	-
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico	3,91%	44.411	41.198
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		15.848	16.104
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico	10,17%	1.168	1.208
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		788	846
COMERCIALIZAÇÃO			
- Custo Histórico	0,28%	81	81
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		448	448
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	**3,98%**	**62.744**	**59.885**
- Custo Histórico		45.660	42.487
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		17.084	17.398
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
GERAÇÃO			
- Custo Histórico		-	-
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		-	-
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico		(19.650)	(18.137)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(12.812)	(12.572)
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico		(699)	(638)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(579)	(605)
COMERCIALIZAÇÃO			
- Custo Histórico		(65)	(62)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(430)	(427)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		**(34.235)**	**(32.441)**
- Custo Histórico		(20.414)	(18.837)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(13.821)	(13.604)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO		**28.509**	**27.444**
IMOBILIZADO EM CURSO			
- Geração		777	2.337
- Distribuição		3.068	3.682
- Administração		-	1
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO		**3.845**	**6.020**
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		**32.354**	**33.464**

Imobilizado em Curso – Distribuição – refere-se essencialmente a investimentos em ampliação e reformas de redes de distribuição nos municípios atendidos pela empresa. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividades, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Ativo em serviço	Taxas anuais %
Banco de capacitores	5,00 e 6,67
Chaves	3,33 e 6,67
Condutor	2,70 e 3,57
Edificação outras	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de informática	16,67
Estrutura torre	2,70
Estrutura poste	3,57
Regulador de tensão	3,45 e 4,35
Transformador de distribuição	3,70 e 4,00
Medidores	4,00 e 7,69

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários
Em função do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e 36, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Vinculação do Imobilizado
De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação as demonstrações financeiras os bens vinculados estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)
Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão. Estes valores estão apresentados em conta redutora do saldo do ativo imobilizado na distribuição.

Obrigações especiais	2014	2013
Participação da União	102	102
Participação do Estado	712	712
Participação dos Municípios	257	257
Participação do Consumidor	7.767	7.467
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.438	3.446
(-) Participações e Doações – Reintegração Acumulada	(2.877)	(2.332)
TOTAL	**9.399**	**9.652**

Principais adições em obrigações especiais em 2014:
- obras de distribuição com participação do consumidor.....299
- Devolução Recursos CDE recebidos no programa LPT ..... (8)
TOTAL **291**

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de Junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 16 – FORNECEDORES

Fornecedores	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Fornecedor de energia elétrica	4.318	-	3.802	-
Materiais e serviços	1.583	-	839	185
Total	**5.901**	**-**	**4.641**	**185**

NOTA 17 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Impostos/Contribuições	2014		2013	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ICMS	1.567	-	1.117	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	707	-	263	-
INSS	146	-	127	-
PIS/COFINS	198	-	238	-
Outros	71	-	64	-
Total	**2.689**	**-**	**1.809**	**-**

NOTA 18 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Principais informações de empréstimos e financiamentos em moeda nacional:

CREDORES	Juros %	2014			2013		
		Encargos de Dívidas	Principal		Encargos de Dívidas	Principal	
Moeda Nacional	aa/am		Curto Prazo	Longo Prazo		Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás-Contr.ECFS0043/2004	5,0 aa	-	79	56	-	78	135
Eletrobrás-Contr.ECFS152/2006	5,0 aa	-	38	103	-	38	141
Eletrobrás-Contr.ECFS205/2007	5,0 aa	-	44	204	-	44	248
Eletrobrás-Contr.ECF2596/2006	5,0 aa	-	5	-	-	16	5
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	31	178	-	31	208
Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	23	188	-	24	216
CEF/BNDES Contr.2536840909	5,0 aa	2	569	-	7	1.137	568
CEF - Contr. 714-000001-82	5,5 aa	-	121	232	-	121	354
Banco Brasil-Cartão BNDES	10,0aa	-	22	-	-	68	33
CEF-Cartão BNDES	10,0aa	1	77	89	-	-	-
BB GIRO EMPRESA FLEX 45805697	16,9aa	1	200	83	-	-	-
CONTR 8530910 BBD 03 RELIGADORES	27,27aa	2	204	170	-	-	-
CDC-Bradesco Financ.Veículo Contr.003216770	17,15aa	-	-	-	-	35	-
CDC-Bradesco Financ.Veículo Contr.0033228375	16,90aa	-	-	-	-	49	
CDC-BB Financ.Veículo Contr.045807130	16,90aa	-	13	-	-	52	13
CDC-Bradesco Financ.Veículo 3004061-2	16,90aa	-	19	63	-	-	-
Itaú-GiroPréContr.75800541-7	1,1am	7	333	-	7	667	333
CÉDULA CREDITO CEF 08.1298.653.0000004/83	1,7am	1	35	50			
Total		**14**	**1.813**	**1.416**	**14**	**2.360**	**2.255**

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Valor da amortização anual	709	281	146	105	80	95	**1.416**
INDEXADOR			**TJLP**		**RGR**	**Outros**	**T O T A L**
%			59,23		29,39	11,39	100

Contrato	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R$ Mil
Eletrobrás ECFS-0043/04	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	09/2006 a 08/2016	135
Eletrobrás ECFS-152/2006	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	10/2008 a 09/2018	141
Eletrobrás ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	248
Eletrobrás-Contr.ECF2596/2006	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	04/2010 a 03/2015	5
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	208
Eletrobrás ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	211
CEF/BNDES Contr.2536840909	Expansão Sistema CHESP	5,0%aa	TJLP	07/20/10 a 06/2015	569
CEF - Contr. 714-000001-82	Financiamento Transformadores	5,5%aa	TJLP	10/2013 a 09/2017	354
Bradesco Contr.8530910	Financiamento Religadores	27,27aa	TJLP	11/2014 a 10/2016	373

Mutações de Empréstimos e Financiamentos

	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo em 31/12/2012	**3.564**	**4.504**
Ingressos	763	166
Amortização	(4.708)	(2)
Transferências	2.741	(2.413)
Saldo em 31/12/2013	**2.360**	**2.255**
Ingressos	505	684
Amortização	(2.557)	-
Transferências	1.505	(1.523)
Saldo em 31/12/2014	**1.813**	**1.416**

NOTA 19 – CONCESSIONARIAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	Curto Prazo	Longo Prazo
CELG Distribuição S/A – CELG "D"	1.165	1.631

NOTA 20 – ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Encargos	**2014**	**2013**
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	45	24
Taxa de Fiscalização	8	7
Contribuição para Iluminação Pública – CIP	19	82
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – a aplicar	1.342	982
Total	**1.414**	**1.095**

NOTA 21 - INCENTIVOS FISCAIS

São Incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás através da Lei nº 13.591 de 18 de Janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de Julho de 2000. Com o objetivo especifico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

	2014	**2013**
Incentivos apurados no período de Out/11 a Dez/11	653	653
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	102	102
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	**755**	**755**

A companhia recolheu a título de antecipação do Projeto Produzir 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual.

De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS

	2014		2013	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Serviços de Manutenção e Conservação no Sistema Elétrico	209	1.422	99	1.136
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - Diversas	83	-	57	-
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - Diversas	15	-	6	-
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's Diversas	29	95	1	58
TOTAL	**336**	**1.517**	**163**	**1.194**

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda – ENGESP, por serviços prestados por essa empresa à Companhia, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, assim registrados:
No Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2014.
No Resultado: refere-se a valores pagos ou a pagar a título de serviços de manutenção/conservação e ordens de serviços.

NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2014			2013		
	Quantidade de ações	**Valor da ação - R$**	**Capital social**	**Quantidade de ações**	**Valor da ação - R$**	**Capital social**
Ações ordinárias	3.035.335	2,56	7.771	3.035.335	2,56	7.771
Ações ordinárias em tesouraria	5.647	2,56	14	5.647	2,56	14
Total	**3.040.982**		**7.785**	**3.040.982**		**7.785**

Em 31 de dezembro de 2014 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R$ 10,42 (2013 – R$ 9,98).

Reservas de Capital	**2014**	**2013**
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	2.252	2.188
Reserva de Incentivos Fiscais	3.647	3.647
Outras reservas de capital	134	134
Total	**7.820**	**7.756**

Reservas de Lucros	**2014**	**2013**
Reserva legal	1.269	1.191
Reserva para investimentos	11.806	11.691
Total	**13.075**	**12.882**

Recursos destinados a aumento do capital social	**2014**	**2013**
Adiantamento para futuro aumento do capital social	1.606	-
Total	**1.606**	**-**

Reservas de Reavaliação	**2014**	**2013**
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	1.421	1.953
Total	**1.421**	**1.953**

Ações Próprias em Tesouraria	**2014**	**2013**
Ações próprias em tesouraria	(14)	(14)
Total	**(14)**	**(14)**

A Reserva legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.
A Administração da Companhia encaminhará proposta para transferência de R$ 787 da conta de Lucros Acumulados para a conta de Reserva para Investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 24 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	2014	**2013**
Lucro líquido do exercício	1.412	2.983
(-) Líquido de Incentivos Fiscais	-	(542)
(-) Constituição de reserva legal	(78)	(65)
Lucro líquido ajustado	1.334	2.376
Dividendos propostos	352	159
(-) Dividendos intermediários	(1.219)	-
(-) Juros sobre capital próprio pagos	-	(1.263)

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia optou pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro presumido para o ano de 2014. Dessa forma aplicou sobre o montante de suas receitas os percentuais estabelecidos pela legislação tributária para determinação da base de cálculo desses impostos. Sobre esta base, aplicou a alíquota de 15%, mais adicional de 10%, para Imposto de Renda, e 9% para Contribuição Social.

NOTA 26 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R$ 157 (2013 – R$ 131), a título de participação de diretores e empregados.

NOTA 27 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

	PRODUÇÃO		DISTRIB/COMERC		TOTAL	
RECEITA OPERACIONAL	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	55.789	48.781	55.789	48.781
Outras Receitas	-	-	4.279	1.792	4.279	1.792
	-	**-**	**60.068**	**50.573**	**60.068**	**50.573**
(-) Dedução à Receita Operacional	**-**	**-**				
ICMS	-	-	(15.237)	(13.369)	(15.237)	(13.369)
PIS	-	-	(393)	(526)	(393)	(526)
COFINS	-	-	(1.812)	(2.454)	(1.812)	(2.454)
ISS	-	-	(6)	(6)	(6)	(6)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	(19)	-	(19)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(370)	(385)	(370)	(385)
Pesquisa Desenvolv. e Eficiência Energética	-	-	(416)	(334)	(416)	(334)
	-	-	**(18.234)**	**(17.093)**	**(18.234)**	**(17.093)**
Receita Operacional Líquida	**-**	**-**	**41.834**	**33.480**	**41.834**	**33.480**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA						
Custo com Energia Elétrica						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(22.060)	(16.782)	(22.060)	(16.782)
	-	**-**	**(22.060)**	**(16.782)**	**(22.060)**	**(16.782)**
CUSTO DE OPERAÇÃO	**-**	**-**				
Pessoal e Administradores	(618)	(639)	(7.024)	(7.093)	(7.642)	(7.732)
Material	(56)	(51)	(710)	(687)	(766)	(738)
Serviço de Terceiros	(217)	(279)	(2.738)	(2.582)	(2.955)	(2.861)
Depreciação e Amortização	(14)	(9)	(1.505)	(1.416)	(1.519)	(1.425)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	(49)	(91)	(49)	(91)
Outras Despesas	(43)	(35)	(737)	(874)	(780)	(909)
	(948)	**(1.013)**	**(12.762)**	**(12.743)**	**(13.710)**	**(13.756)**
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	**-**	**-**	**(494)**	**(354)**	**(494)**	**(354)**
DESPESAS OPERACIONAIS	**-**					
Despesas com Vendas	-	-	(788)	2.351	(788)	2.351
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	(443)	(33)	(443)	(33)
	-	**-**	**(1.231)**	**2.318**	**(1.231)**	**2.318**
Receita de construção da infraestrutura da concessão	**-**	**-**	3.734		3.734	2.760
Despesa de construção da infraestrutura da concessão	**-**	**-**	(3.734)		(3.734)	(2.760)
Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	**(3)**	**(3)**	**48**	**9**	**45**	**6**
RESULTADO DO SERVIÇO	**(951)**	**(1.016)**	**5.335**	**5.928**	**4.384**	**4.912**
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Receitas Financeiras	10	66	986	1.092	996	1.158
Despesas Financeiras	(50)	(177)	(1.469)	(3.083)	(1.519)	(3.260)
	(40)	**(111)**	**(483)**	**(1.991)**	**(523)**	**(2.102)**
RESULTADO OPERACIONAL	**(991)**	**(1.127)**	**4.852**	**3.937**	**3.861**	**2.810**
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL	**(991)**	**(1.127)**	**4.852**	**3.937**	**3.861**	**2.810**
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	104	(771)	(364)	(771)	(260)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	**(991)**	**(1.023)**	**4.081**	**3.573**	**3.090**	**2.550**
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-	280	(1.521)	(979)	(1.521)	(699)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**(991)**	**(743)**	**2.560**	**2.594**	**1.569**	**1.851**
PARTICIPAÇÕES	(4)	(3)	(153)	(128)	(157)	(131)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO	**(995)**	**(746)**	**2.407**	**2.466**	**1.412**	**1.720**
Reversão dos Juros sobre capital próprio						1.263
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					**1.412**	**2.983**
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL					R$ 0,4645	R$ 0,9809

NOTA 28 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	**Nº de Consumidores**		**kWh**		**Receita**	
CLASSE	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Residencial	26.209	25.450	41.215	38.540	23.349	20.457
Industrial	*94	210	15.727	14.935	6.610	6.014
Comercial	2.997	2.784	20.051	18.908	11.776	10.423
Rural	4.314	4.274	17.527	16.314	5.959	4.947
Poder Público	439	437	5.543	5.187	3.093	2.746
Iluminação Pública	31	31	9.256	8.901	2.629	2.270
Serviço Público	64	63	4.565	4.632	1.953	1.721
Consumo Próprio	15	14	206	193	-	-
(=) Fornecimento Faturado	34.163	33.263	114.090	107.610	55.369	48.578
Fornecimento Não Faturado					161	(124)
Quotas CCEE					707	668
Componentes Financeiros Diferidos					(474)	(336)
Devolução Consumo Faturado a Maior					25	(1)
Desconto especial irrigação					-	(4)
Subtotal	**34.163**	**33.263**	**114.090**	**107.610**	**55.788**	**48.781**
ICMS Faturado					(15.236)	(13.369)
Fornecimento Líquido					**40.552**	**35.412**

*Reclassificado o nº de consumidores de industrial para comercial de acordo com o CNAE indicado no cadastro.
O crescimento de mercado se apresenta em 6,02%.

NOTA 29 – OUTRAS RECEITAS

	2014	**2013**
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária – aportes CDE	2.889	-
Subsídio Baixa Renda	722	614
Realização Incentivos Fiscais	-	542
Renda da prestação de serviço	274	191
Serviço taxado	151	151
Arrendamento e aluguéis	211	269
Outras receitas	32	25
Total	**4.279**	**1.792**

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 30 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Supridora	**mWh**		**Kw - P**		**R$**	
Companhia Energética de Goiás – CELG	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
	110.583	107.837	253.896	239.453	19.030	15.189
Companhia Energética de Goiás – CELG – Geração PCH São Patrício	14.632	10.371	-	-	2.323	1.272
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.689	2.607	-	-	610	569
Diferença fatura de Geração PCH São Patrício	-	-	-	-	785	-
Itens Financeiros – IRT/2014	-	-	-	-	459	541
CVA energia realizada no período					(1.147)	(789)
TOTAL	**127.904**	**120.815**	**253.896**	**239.453**	**22.060**	**16.782**

NOTA 31 – ENCARGOS SETORIAIS

	2014	**2013**
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	-	19
Conta de desenvolvimento energético – CDE	370	385
Taxa de fiscalização – ANEEL	81	87
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	416	334
Proinfa	610	569
Total	**1.477**	**1.394**

NOTA 32 – OUTRAS DESPESAS

	2014	**2013**
Arrendamento e aluguéis	89	145
Seguros	145	128
Tributos	83	74
(-) Recuperação de despesa	(360)	(255)
Despesas bancárias	447	431
Mensalidades associativas	14	14
Custeio conselho de consumidores	13	13
Consumo próprio energia elétrica	194	201
Indenizações por perdas e danos	26	8
Taxa de Fiscalização	83	87
Outras	46	63
Total	**780**	**909**

NOTA 33 – CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO PRÓPRIO/TERCEIROS

	2014	**2013**
Pessoal	62	42
Material	153	114
Serviço de terceiros	274	196
Outras	5	2
Total	**494**	**354**

NOTA 34 – DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	**2013**
Pessoal	986	66
Material	70	33
Serviços de terceiros	240	13
Tributos	1	1
(-) Recuperação de despesas/Reversão Provisão	(103)	(39)
(-) Sinergia CDE descontos tarifários e redução tarifária	-	(2.402)
Outros Gastos	37	10
Total	**1.231**	**(2.318)**

NOTA 35 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2014	**2013**
Ganhos na alienação de bens e direitos	251	13
Outras receitas não operacionais	10	158
Perdas na desativação de bens e direitos	(57)	(64)
Doações e Contribuições	(35)	(32)
Outras despesas não operacionais	(124)	(69)
Total	**45**	**6**

NOTA 36 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	**2014**	**2013**
Var Monet e Acréscr moratório energia vendida	663	570
Atualização de Ativos Regulatórios	85	75
Transgressão DIC/FIC/DMIC	46	168
Renda de aplicação financeira	122	328
Outras receitas financeiras	80	17
Total	**996**	**1.158**

Despesas Financeiras	**2014**	**2013**
Encargos das dívidas de curto prazo – Empréstimos e Financiamentos	189	327
Encargos das dívidas de longo prazo – Empréstimos e Financiamentos	46	47
Encargos das dívidas de curto prazo – Juros	245	275
Juros sobre Capital Próprio	-	1.263
Multas sobre impostos e contribuições sociais	131	227
Dação de garantias em empréstimos e financiamentos	-	4
Var Monet e Acréscr Moratório energia comprada	220	113
Variação monetária de passivos regulatórios	255	208
Multas: agências reguladoras e órgãos federais	97	-
Compensação financeira às unidades consumidoras	260	760
Outras despesas financeiras	76	38
Total	**1.519**	**3.260**

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de Julho de 1996.
Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 37 – SEGUROS

Seguradora	**Risco**	**Vigência**	**Importância Segurada**	**Valor do Prêmio**
Argo Seguros	Riscos operacionais	11/11/14 a 11/11/15	12.660	22
Fairfax Brasil	Danos materiais	11/08/14 a 11/08/15	8.219	27
Argo Seguros	Riscos diversos – equipamentos estacionários	03/08/14 a 03/08/15	150	9
Argo Seguros	Responsabilidade civil geral V3	24/08/14 a 24/08/15	500	13
Banco do Brasil	Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	22/11/14 a 22/11/15	Tabela FIPE	71
Bradesco	Cobertura compreensiva	09/11/14 a 09/11/15	Tabela FIPE	6

NOTA 38 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Revisão Tarifária Extraordinária – RTE/2013

Com a edição da Medida Provisória-MP nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, o Governo Federal adotou a política de redução das tarifas de energia elétrica para todos os consumidores do país.
Em decorrência da citada Lei, a ANEEL revisou em 24/01/2013 as tarifas de todas as distribuidoras do país mediante aplicação da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). No caso da CHESP o resultado da RTE foi homologado pela Resolução nº 1.466 de 24/01/2013. Para os consumidores residenciais da CHESP o efeito médio dessa redução -18,01%.
As principais alterações que permitiram a redução da conta de energia elétrica foram:
- Alocação de quotas de energia, resultantes de geradoras com concessão renovada;
- Redução dos custos de transmissão;
- Extinção dos encargos setoriais de CCC e RGR e redução de 75% dos valores das cotas de CDE – Conta de Desenvolvimento Energético;
- Retirada dos subsídios cruzados concedidos aos consumidores da estrutura tarifária, com aporte direto do Tesouro Nacional.

II) Reajuste Tarifário Anual

a) Em 12 de setembro de 2014 por meio da Resolução Homologatória nº 1.788 de 09 de setembro de 2014, Art.2º, as tarifas de energia elétrica da Companhia, ficam em média reajustadas em 24,78%, sendo 22,92% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 1,86% referentes aos componentes financeiros pertinentes.

NOTA 39 – BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

														2014	**2013**
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		**Total**	**Total**
Valor	56	55	55	54	58	57	57	59	60	71	73	67		**722**	**614**

Esses valores foram contabilizados, pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 se apresenta no valor de R$ 140 (2013 - R$ 218).

NOTA 40 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural. Durante a execução do Programa Luz Para Todos (2005 a 2012) foram beneficiadas 1.416 propriedades rurais, que constituíram o objeto de 5 contratos assinados com a Eletrobrás. No ano de 2014 a CHESP atendeu gratuitamente utilizando recursos próprios a 58 propriedades rurais conforme previsto no Plano de Universalização aprovado pela ANEEL por meio da Nota Técnica 031/2013.
Além destas foram atendidos gratuitamente a 790 unidades consumidoras urbanas.

II) Redução de Custos

A ANEEL estabeleceu para este terceiro ciclo tarifário (2013 a 2016) a redução dos custos operacionais das empresas e a CHESP, buscando esta redução de custos opera remotamente as subestações de Carmo do Rio Verde, Jardim Paulista e Rialma II. Durante o ano de 2015 as subestações de Uruana e Rianápolis também serão comandadas remotamente.

III) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, através de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kwh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição – TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

IV) Eventos subsequentes

a) Bandeiras Tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da Resolução Normativa nº 547/13, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2015. A bandeira verde indica condições favoráveis de geração de energia e a tarifa não sofre acréscimo, a bandeira amarela indica condições de produção de energia ficaram um pouco mais caras e a bandeira vermelha indica que a geração ficou mais cara, e o valor de sua conta de energia terá acréscimo de R$ 1,50 e R$ 3,00 (sem efeitos tributários) respectivamente, para cada 100 kWh consumidos. Em 2 de março de 2015, tais valores foram reajustados por meio da Resolução Homologatória nº 1.859/15, válidos a partir de 1 de março de 2015, para R$ 2,50 e R$ 5,50, respectivamente.

b) Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

Conforme Despacho nº 4.547 de 21 de novembro de 2014, foi aprovada a compatibilização entre o plano de contas do setor elétrico vigente para o novo plano de contas a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2015, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; A Companhia na condição de concessionária de distribuição de energia elétrica, em atendimento à legislação do setor elétrico, procederá às adequações necessárias para implantação e utilização do novo plano de contas do setor elétrico brasileiro.

c) Revisão Tarifária Extraordinária – RTE/2015

A ANEEL aprovou em 27 de fevereiro de 2015 o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia. As tarifas resultantes desta RTE estarão vigentes de 2 de março de 2015 até a data do próximo Reajuste Tarifário Anual em setembro de 2015. O efeito médio para os consumidores da CHESP foi de 21,3%.

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2014

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

==========

Maria Cristiana de Pina Martin
Presidente
Patrícia de Pina Martin
Conselheira
Ricardo de Pina Martin
Conselheiro
Herine Sabag de Pina
Conselheira
Guilherme de Pina Martin
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

==========

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

Jonas Borges
Diretor Econômico e Financeiro

Rauflin Gonçalves de Souza
Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2
CPF 167.147.171-72